



**TCEPR**

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ



## **CARTILHA**

**FORMAÇÃO PARA  
CONSELHEIROS DE  
EDUCAÇÃO, DO NOVO  
FUNDEB E DA  
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**



CLICK NO QR CODE

# CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: FUNÇÕES E PRINCÍPIOS

Os Conselhos Municipais de Educação desempenham um papel essencial no planejamento, monitoramento e avaliação das políticas educacionais. Esta cartilha foi elaborada para capacitar conselheiros, abordando suas responsabilidades, desafios e as ferramentas necessárias para uma atuação eficaz. Este material está organizado em cinco seções principais, que exploram os seguintes tópicos: os Conselhos Municipais de Educação, destacando suas funções e princípios; as atribuições e desafios enfrentados pelos conselheiros; as implicações do novo FUNDEB; a gestão da Alimentação Escolar; e, por fim, estratégias práticas para uma atuação mais eficiente.

## O QUE SÃO?

Os Conselhos Municipais de Educação são órgãos colegiados que atuam na formulação, deliberação e acompanhamento das políticas públicas educacionais. Sua principal função é garantir que a gestão da educação municipal esteja alinhada aos princípios constitucionais de qualidade, equidade e participação social. Por exemplo, os conselheiros podem avaliar programas educacionais, monitorar a alocação de recursos e promover discussões para adaptar políticas às necessidades locais, como no caso da reestruturação de um programa de reforço escolar baseado nos resultados de avaliações de desempenho dos alunos.

## PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

- **Participação Democrática:** Garantir que a sociedade contribua para as decisões educacionais, por meio de consultas públicas, participação ativa em conselhos escolares e debates comunitários.
- **Transparência:** Monitorar a aplicação de recursos e divulgar informações de forma clara.
- **Eficiência:** Buscar soluções que otimizem o uso de recursos e promovam melhores resultados educacionais.

## ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

### PAPEL E RESPONSABILIDADES

- **Fiscalizar:** Acompanhar a gestão dos recursos do FUNDEB e o uso da Alimentação Escolar.
- **Deliberar:** Aprovar planos municipais de educação e avaliar os relatórios de gestão.
- **Propor:** Sugerir ações que promovam a melhoria da qualidade do ensino.
- **Monitorar:** Acompanhar a implementação de políticas e programas educacionais.

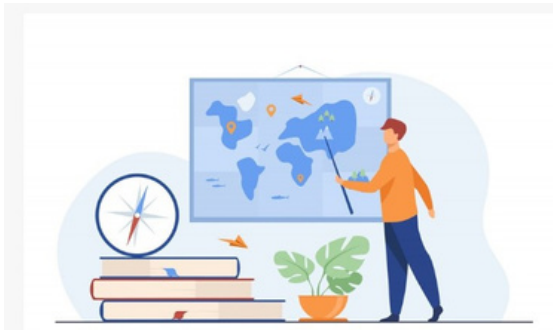
### DESAFIOS NA ATUAÇÃO

- Engajar a comunidade escolar nas discussões e decisões do conselho pode incluir estratégias como organizar fóruns abertos, promover a divulgação de reuniões através de canais digitais e tradicionais, e estabelecer parcerias com associações de pais, sindicatos e organizações comunitárias para ampliar a participação.
- Garantir o acesso a dados atualizados e confiáveis para embasar as decisões.
- Superar barreiras relacionadas à formação e capacitação dos conselheiros.

# O NOVO FUNDEB

## O QUE É O NOVO FUNDEB?

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) é uma política essencial para o financiamento da educação básica no Brasil. Instituído pela Emenda Constitucional nº 108/2020, o novo FUNDEB ampliou os recursos e tornou-se permanente, garantindo maior equidade no financiamento educacional. Por exemplo, as redes de ensino que atendem estudantes em situação de vulnerabilidade passaram a receber complementações mais robustas, assegurando melhores condições de aprendizagem



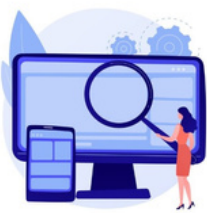
## PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

**Composição de Recursos:** Contribuições de estados, municípios e União, com aumento progressivo da complementação federal.

**Destinação:** Prioritariamente voltado ao pagamento de profissionais da educação e ao desenvolvimento de ações que melhorem a qualidade do ensino.

**CrITÉrios de Redistribuição:** Baseados em indicadores de equidade, garantindo maior investimento em redes que atendem estudantes em condições de vulnerabilidade.

## COMO O CONSELHO PODE ATUAR?

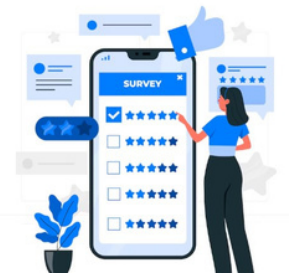


### MONITORAR

Monitorar a aplicação dos recursos e garantir que estejam sendo utilizados conforme os critérios estabelecidos.

### AVALIAR

Avaliar relatórios financeiros e de impacto educacional.



### PROMOVER

Promover a formação de conselheiros para lidar com as especificidades do novo FUNDEB, sugerindo plataformas de ensino a distância, como as oferecidas pelo FNDE, e oficinas práticas para facilitar a aplicação dos conceitos no cotidiano escolar



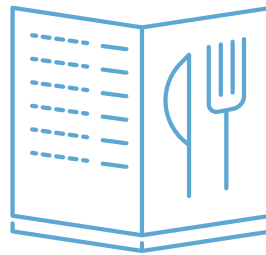
# ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: DIREITO GARANTIDO



## IMPORTÂNCIA

A alimentação escolar é um direito garantido pela Lei nº 11.947/2009 e desempenha um papel crucial na segurança alimentar e nutricional dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade.

## GESTÃO E FISCALIZAÇÃO



1

### PLANEJAMENTO:

Garantir que os cardápios respeitem as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as necessidades nutricionais dos alunos. Para isso, os conselheiros podem organizar auditorias regulares, realizar visitas às escolas para observar a aplicação prática dessas diretrizes e identificar desafios locais. Exemplos incluem verificar se alimentos da agricultura familiar estão sendo incorporados e se os alunos têm acesso a refeições balanceadas e culturalmente adequadas.

2

### EXECUÇÃO:

Monitorar a qualidade e a regularidade do fornecimento da alimentação.



3

### TRANSPARÊNCIA:

Fiscalizar os contratos e a prestação de contas relacionados à alimentação escolar.



## BOAS PRÁTICAS



### PROMOVER:

Promover a compra de alimentos da agricultura familiar, estabelecendo parcerias com cooperativas locais e incentivando práticas sustentáveis, fortalecendo assim a economia local.



### INCENTIVAR:

Incentivar a participação de pais, alunos e profissionais da educação na avaliação da qualidade da alimentação escolar.



### REALIZAR:

Realizar campanhas educativas sobre alimentação saudável, incluindo temas como a importância de uma dieta balanceada, os benefícios de alimentos naturais e locais, e estratégias para incorporar hábitos saudáveis na rotina escolar e familiar.

# FERRAMENTAS E ESTRATÉGIAS PARA UMA ATUAÇÃO EFICAZ

## CAPACITAÇÃO CONTÍNUA

Os conselheiros devem buscar formações periódicas para se manterem atualizados. Fontes recomendadas incluem: o portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que oferece cursos gratuitos relacionados ao novo FUNDEB e à gestão da Alimentação Escolar; as capacitações promovidas pelo Ministério da Educação; e programas especializados, como o curso "Gestão Escolar e Políticas Públicas", amplamente utilizado por gestores educacionais em todo o país.



**PLATAFORMA ONLINE:** FNDE, Ministério da Educação, Tribunais de Contas dos Estados e cursos oferecidos por universidades públicas.

**CURSOS RECONHECIDOS:** Programas de formação como os oferecidos pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) e outras instituições de ensino superior públicas.

**PUBLICAÇÕES OFICIAIS:** Guias práticos e relatórios disponíveis em sites governamentais.

**PARCERIAS LOCAIS:** Colaboração com secretarias municipais e estaduais de educação.

# ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO

## AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Realizar campanhas educativas sobre alimentação saudável, incluindo temas como a importância de uma dieta balanceada, os benefícios de alimentos naturais e locais, e estratégias para incorporar hábitos saudáveis na rotina escolar e familiar.



## DIVULGAÇÃO AMPLA

Divulgar amplamente as ações e decisões do conselho, utilizando diferentes canais de comunicação.



## RELATÓRIOS ACESSÍVEIS

Garantir que os relatórios financeiros e educacionais sejam acessíveis ao público.



## MONITORAR E DIVULGAR

Monitorar e divulgar os resultados das políticas implementadas.



# CONSIDERAÇÕES FINAIS

## IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO CONSELHO

A atuação dos conselheiros municipais de educação é fundamental para assegurar uma gestão eficiente, democrática e inclusiva da educação pública. Este material busca orientar e fortalecer sua atuação, destacando a importância de aplicar os conhecimentos adquiridos de forma prática e imediata.

**GESTÃO  
EFICIENTE**

**DEMOCRÁTICA**

**INCLUSIVA**

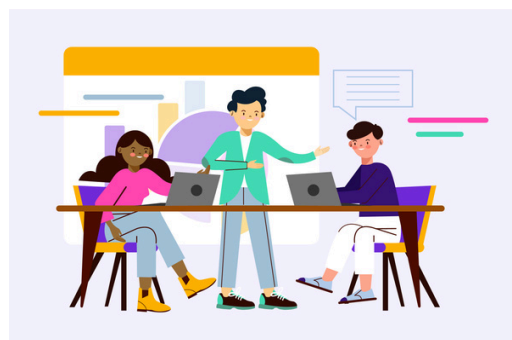


## DIREITO À EDUCAÇÃO

O novo FUNDEB e a Alimentação Escolar são temas prioritários, mas é essencial manter-se atento a todas as dimensões que compõem o direito à educação.

## CONTRIBUIÇÃO SIGNIFICATIVA

Com dedicação, aprendizado contínuo e engajamento, os conselheiros podem contribuir significativamente para transformar a realidade educacional do país.



# FICHA TÉCNICA

## Realização

Coordenadoria de Atendimento  
Jurisdicionado e Controle Social do  
Tribunal de Contas do Estado do Paraná

## Coordenação

Ricardo Alpendre  
(Coordenador da Coordenadoria de  
Atendimento Jurisdicionado e Controle Social)

## Faça o Curso Conselhos Municipais

**Acesse:** [egp.tce.pr.gov.br](http://egp.tce.pr.gov.br)

